

O Autor faz um retrospecto destes primeiros trinta anos de existência do ITESC, não sem antes situar seus passos preparatórios desde 1892, isto é, desde a criação do bispado de Curitiba, que abrangia também o nosso Estado. Em 1973, oito anos após a criação do “Paulinum” em Curitiba, é fundado o Instituto Teológico de Santa Catarina em Florianópolis, dando início à formação teológica em nosso Estado. O Autor comenta o relacionamento entre o ITESC e o Regional Sul IV, fala da fermentação teológica e eclesial que marcou sua primeira década, vê no ITESC “uma casa a serviço da Igreja”, comenta a titulação acadêmica oferecida, a evolução da revista do Instituto, a autonomia entre Seminário e Academia, e conclui com uma avaliação positiva.

O Instituto Teológico de Santa Catarina

(1973-2003)

*José Artulino Besen**

* O Autor é pároco em Florianópolis, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, e desde 1975 leciona História da Igreja no ITESC.



A fundação do Instituto Teológico de Santa Catarina – ITESC em Florianópolis, no ano de 1973, representou o coroamento de um longo, difícil e dedicado esforço. Em 1892, com a criação da diocese de Curitiba, abrangendo os territórios do Paraná e Santa Catarina, o primeiro bispo Dom José de Camargo Barros provisoriamente optou por continuar no Rio de Janeiro a formação filosófica e teológica dos candidatos ao presbitério. Em seguida, porém, com a criação da diocese de Florianópolis, em 1908, o primeiro bispo, Dom João Becker, tinha diante de seus olhos o mesmo problema, resolvido positivamente com a aceitação dos seminaristas de Santa Catarina pelos padres jesuítas, no Seminário Conceição, em São Leopoldo, RS. Mesmo que alguns candidatos tenham sido enviados ainda a Mariana, MG, ou a São Paulo, SP, os jesuítas acolheram paternalmente quase a totalidade dos seminaristas catarinenses até a fundação do Seminário Maior de Viamão, em 1954, pelo episcopado gaúcho. Este então aceitou, com a condição de provisoriedade, continuar a formar o clero catarinense.

É muito importante salientar que a formação generosamente oferecida pelos padres da Companhia de Jesus foi notável no sentido de formar um clero religioso, eclesial, dedicado e fiel. Foram esses padres que deram uma fisionomia própria à Igreja em Santa Catarina, a disciplina sempre ocupando um lugar eminente.

Mas, o episcopado gaúcho insistia em que os bispos catarinenses encontrassem um caminho próprio, dando a entender que os seminaristas catarinenses não eram totalmente bem-vindos. De seu lado, os bispos catarinenses estavam meio assustados com os ventos de abertura que escapavam pelas janelas de Viamão. O anúncio do Concílio em 1959, sua abertura em 1962, fecundavam um desejo de renovação antes oculto e agora colocado diante dos olhos com a bondade profética de João XXIII. Especialmente em Florianópolis, o venerando arcebispo Dom Joaquim Domingues de Oliveira manifestava sua preocupação. Afinal, presidia Florianópolis desde o distante ano de 1914 e não seria agora que alguém lhe ensinaria que algo devesse ser mudado na veneranda e milenar tradição católica. Com instantaneidade (seu lema era *Qui praeest in sollicitudine* – O que preside com solícitude) lia os artigos de O SEMINÁRIO, revista dos seminaristas de Viamão, difundida e aplaudida em quase todos os seminários brasileiros. Percebeu algo de insuportável quando O SEMINÁRIO deu-se a experimentos gráficos, editando todas as palavras com letra minúscula, um *must* para a época. Se Deus já grafava como deus, arriscarão grafar Joaquim como joaquim, e qual limite haverá para a blasfêmia e a arrogância de rapazes que deveriam ainda andar de calças curtas?



Diante da pressão dos bispos riograndenses, em 1965 criou-se o “Seminário Provincial Catarinense”, intitulado PAULINUM em homenagem a Paulo VI, em Curitiba. Aliás, já desde 1960, algumas dioceses catarinenses estavam enviando seus seminaristas para Curitiba, para o Seminário Rainha dos Apóstolos. Como, em 1963, surgiu a oportunidade de se adquirir um grande imóvel no bairro do Ahu, um prédio que poderia facilmente transformar-se em Seminário, as dioceses catarinenses o adquiriram, em 1964, das Irmãs da Divina Providência. A compra foi tornada possível com o auxílio da igreja alemã. A iniciativa coincidiu com o final do Concílio do Vaticano II, recebendo em cheio os ventos da abertura ao mundo, do entusiasmo eclesial e da improvisação teológica. O Concílio oferecia novos horizontes eclesiais, pastorais e pedagógicos, lançando por terra as seculares certezas e caminhos. Discutia-se agora a imagem da Igreja, a imagem do padre, a imagem do leigo. O grande desafio era *a imagem de...*! A preocupação teológica cede bom espaço à preocupação antropológica e pastoral. Toda admiração é pouca ao se analisar o esforço pedagógico dos formadores e o esforço teológico dos professores. Os velhos manuais e regimentos davam lugar a apostilas, roteiros, experiências. O PAULINUM ofereceu à Igreja catarinense um clero renovado, empenhado nas questões do mundo, pastoralista, em busca zelosa de desclericalização.

Justiça se faz citando alguns nomes de formadores e professores desse tempo tão desafiante: os padres Afonso Paulo Guimarães, Osmar Pedro Müller, Tito Buss, Paulo Bratti e Evaristo Debiasi. Tiveram a coragem e a humildade de aceitar o diálogo, a contestação franca e até maleducada, a substituição das certezas pela experimentação aberta e ao mesmo tempo fiel ao magistério.

Um Instituto teológico catarinense

Passou-se do Rio Grande do Sul para o Paraná. E por que não aterrissar em Santa Catarina?

Quando, em 1961, foi fundada a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, entabulou-se contato com o reitor João Ferreira Lima sobre a viabilidade de um curso de Teologia. O próprio Governador Celso Ramos, em 1964, endereçou carta aos Bispos catarinenses, com idêntica proposta. As dificuldades logo apagaram o sonho, pois com a separação Igreja-Estado vigente no Brasil, não se poderia manter um curso confessional numa universidade pública.



A fundação do PAULINUM teve a ver com a possibilidade de professores já garantidos em Curitiba. Isso, porém, foi relativizado quando se notou que no clero catarinense não faltariam bons professores de teologia, alguns deles já lecionando no Instituto Teológico Catarinense em Curitiba. Facilitando os caminhos, em 1972 já estudavam em Roma o Pe. Ney Brasil Pereira (exegese), Pe. Aquilino Antônio dos Santos (dogmática), Pe. José Ênio Triervailer (direito canônico), Osvaldo Agostinho Cardoso (teologia fundamental), Orlando Brandes (teologia e moral), Sérgio Giacomelli (teologia e teologia bíblica) e José Artulino Besen (teologia fundamental). A arquidiocese de Florianópolis, por seu arcebispo Dom Afonso Niehues, tinha claro que o curso teológico cedo ou tarde passaria a ser em Florianópolis: mantinha seis estudantes em Roma. Inclusive construiu em Florianópolis com recursos próprios um pequeno prédio, o Convívio Emaús.

Finalmente, em 1973, com muita ousadia e simplicidade, tem início o Instituto Teológico de Santa Catarina – ITESC, com sede à Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 476 (hoje, 600), bairro Pantanal, em Florianópolis, fone 33-0279 (hoje, 234.0400). A primeira aula foi ministrada pelo Pe. Paulo Bratti, na ocasião nomeado diretor do curso e reitor do seminário. Outros professores do início: Pe. Francisco de Sales Bianchini, Pe. Eloy Guella SJ, Pe. Waldomiro Otávio Piazza, SJ, Pe. José Longen, Prof. Nereu do Valle Pereira, Pe. Ney Brasil Pereira (no 2º semestre).

Foram quase sete décadas de projetos, desde a criação do bispado de Santa Catarina em 1908, agora materializados num Instituto para formar o clero catarinense. A entidade mantenedora criada recebeu o nome de Fundação Dom Jaime de Barros Câmara, criada em 1972, congregando as sete dioceses: Florianópolis, Joinville, Lages, Chapecó, Tubarão, Rio do Sul, Caçador, depois oito com Joaçaba, em 1975 e hoje (2003) dez, com Criciúma e Blumenau. A semente cresceu na unidade.

Em 1975, firmou-se um convênio com a UFSC, pelo qual se garantia ao ITESC o uso de quatro salas da Universidade para as aulas. Era também propósito firmar intercâmbio humano e cultural entre os alunos das duas instituições, experiência positiva encerrada em 1992, quando, ao se partir para os seminários diocesanos, optou-se pelo período matutino para as atividades acadêmicas e na sede própria do Instituto.

Num primeiro tempo, ficou a cargo de cada diocese encontrar uma solução para os estudos filosóficos, pairando no horizonte o desejo de



também ter um Instituto que congregasse as dioceses catarinenses. Isso foi concretizado em 1978, com a criação do Seminário Filosófico Catarinense – SEFISC, em Brusque, primeiramente hospedado no Seminário de Azambuja e depois com sede própria. Aqui também se percebeu o esforço de Dom Afonso Niehues, grande idealizador de um clero de fato catarinense, formado em seu próprio Estado. Seu sucessor, Dom Eusébio Oscar Scheid, SCJ, transferiu seus estudantes para Florianópolis em 1999, sendo seguido pelos de Rio do Sul, enquanto as outras dioceses continuavam unidas no SEFISC. Com esse passo, satisfazia a um desejo e projeto pessoal, exposto na visita papal de 1991, de criar um Instituto de Doutrina Social da Igreja. O referido Instituto tem o nome de João Paulo II, não tendo ainda nenhuma atividade própria, apenas hospedando cursos da Universidade do Sul Catarinense – UNISUL, inaugurado em 1997 com a presença de representante da Nunciatura apostólica no Brasil. É seu diretor o Pe. Dr. Vilmar Adelino Vicente.

O relacionamento entre o Regional Sul IV e o ITESC

Em 1970, com a presença de Dom Jaime de Barros Câmara, tinha sido criado o Regional Sul-IV da CNBB. Havia todo um clima de entusiasmo eclesial, de experimentação pastoral. Como método de organização escolheu-se o da Criatividade Comunitária, com os 14 sistemas. No ano anterior, em artigo publicado no boletim SEDOC, Pe. Paulo Bratti denunciara as fragilidades do Sistema da Criatividade, com seu enfoque quase puramente antropológico, com pouco espaço para a revelação, para a transcendência. Uma acusação forte e audaciosa, pois atacava um método adotado pelo episcopado catarinense e festejado pelos religiosos e coordenadores diocesanos de pastoral. Por causa do artigo, os episcopados paranaense e gaúcho, que pensavam em adotá-lo, o rejeitaram. Pe. Bratti foi acusado de reacionário, teológico, romanizante e outros quejandos. Não cedeu em nada. Pelo contrário, numa assembléia do Regional, denunciou a Criatividade Comunitária e o ídolo que se estava criando como se fosse mestre da verdade, o Prof. De Gregori, de São Paulo, assessor de qualquer reunião pastoral no Estado. Apesar dessa controvérsia, tida como marginal e inconseqüente, o Método ganhou espaço, mas foi-se eclipsando a partir de 1977, quando a Santa Sé nomeou um Visitador Apostólico para a Província do Sagrado Coração de Jesus, das Irmãs da Divina Providência, que o aplicara entusiasmadamente. A conclusão do processo levou ao surgimento de um novo Instituto religioso,



a *Fraternidade Esperança*, que acolheu as 92 Irmãs excluídas da Congregação pelo segundo Visitador, Dom Karl Rommer. Evidente que, neste caso, não estava em jogo apenas o Método, mas igualmente uma opção pela inserção religiosa nos meios populares.

O Regional, tendo o Pe. Osmar Pedro Müller como subsecretário, pleiteava um curso de teologia alternativo, com os 14 Sistemas da Criatividade ao invés das tradicionais disciplinas teológicas. Apesar da sedução da novidade, os bispos optaram pelo caminho da tradição católica e, deixando bem clara sua posição, sintomaticamente nomearam para diretor e organizador do curso do ITESC o Pe. Paulo Bratti. Tinha sido apreciado professor em Curitiba e assessor do Regional Sul II. Os bispos queriam um curso de Teologia sério, sim, mas com forte acento pastoral, na linha da Conferência de Medellín. Numa reunião realizada em agosto de 1971, em Florianópolis, assim se propuseram as “linhas” do futuro Instituto: 1) conteúdo teológico sólido; 2) linha antropológica; 3) de engajamento; 4) de questionamento; 5) de libertação; 6) técnico-científica; 7) bíblico-eclesiológica renovada; 8) querigmática; 9) com abertura ecumênica; 10) oferecendo síntese abrangente.

No contraste acima mencionado encontra-se a explicação para o alheamento e quase hostilidade entre o ITESC e o Regional, nas suas cabeças pensantes, durante mais de uma década. A clareza teológica do Pe. Bratti, acrescida em 1974 com o biblista Pe. Ney Brasil Pereira e em 1975 com o jovem teólogo Pe. Orlando Brandes, incomodava os entusiasmados por outros caminhos, compreensíveis num período de muitas transformações sociais, políticas e eclesiais.

Nesse rico cadinho de expectativas e perspectivas, de apoios e contestações bem intencionadas, pela primeira vez se criava em terra catarinense uma Faculdade de Teologia.

Segurança numa época de incertezas e desafios

O Instituto Teológico de Santa Catarina teve início num período único da história da Igreja no Brasil: convergem nesse tempo as esperanças e desafios do Concílio Vaticano II, das Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979), da Teologia da Libertação, das atitudes proféticas da CNBB, do processo de redemocratização coroado em 1984, da eleição de João Paulo II (1978), do fenômeno da pós-modernidade, da Renovação Carismática Católica (inaugurada em SC em 1975) etc.



No campo estritamente eclesial catarinense, vai fermentando a opção da diocese de Chapecó pelo trabalho com os Movimentos populares com os agricultores e os índios, em Florianópolis o trabalho de Ir. Flávia Bruxel pela regularização das ocupações do solo nos morros e periferias, em Lages e Caçador com os Sindicatos rurais, em Joinville e Tubarão o entusiasmo pela organização pastoral que abrangesse todas as esferas da vida, e Florianópolis seguindo com a fama de gata borralheira conservadora.

Um Instituto colocado no meio desse fogo cruzado, cujos alunos chegam com uma expectativa definida de aprendizado teológico que tivesse em conta (apenas?) os pobres e os problemas sociais e encontram os professores lealmente desempenhando seu ofício do ensino teológico segundo o espírito eclesial, vive tempos quase contínuos de tensão. Tudo é tão novo que parece ser válido somente o que é novo e provisório.

Nesse rico período de crescimento e de contradições foi decisiva a sabedoria e a humildade do episcopado catarinense, que soube auscultar os sinais dos tempos sem soluções autoritárias. Um exemplo dessa sabedoria pode ser extraído da greve dos alunos em março de 1990. Em solidariedade com os estudantes da UFSC, o diretório acadêmico do ITESC decidiu que todos participariam da paralisação estudantil. A direção posicionou-se contrária mas, não sendo acatada, apelou para os bispos. Esses, unanimemente, exigiram que os seminaristas deveriam participar das aulas, sob risco de graves punições. Fato está que a ordem dos bispos não foi acatada e a paralisação foi quase geral. Pela colocação do problema, deveriam ser excluídos. Prevaleceu o perdão e a compreensão, com conseqüências positivas no futuro da instituição.

O ITESC conseguiu assimilar positivamente esses desafios, de um lado oferecendo aos seminaristas um saber teológico sério e de outro, possibilitando-lhes as mais variadas experiências pastorais nos finais de semana. No meio disso tudo, o equilíbrio, a sabedoria política, os maneirismos diplomáticos e a firmeza doutrinal do diretor e reitor Pe. Paulo Bratti, prematuramente falecido em 1982, no apogeu de sua maturidade teológica. Pe. Bratti conseguia ler a história com esperança, vencendo a tentação dos modismos que atraem aplausos, e isso malgrado seu prazer pelo aplauso. Vale a pena ler os depoimentos sobre ele no n. 12 desta revista (1997/1, pp 24-42).

O Instituto Teológico conseguiu ser conservador sem ser tradicionalista, aberto sem ser progressista, libertador sem ser libertário,



universal e inserido na realidade local, romano sem ser papista. Viveu e vive as crises e alegrias do tempo histórico em que é chamado a formar os presbíteros da Igreja catarinense.

Por ordem, foram esses seus diretores: Pe. Paulo Bratti (1973-1982), Pe. Orlando Brandes (1982-1985), Pe. Hércion Ribeiro (1986), Pe. Ney Brasil Pereira (1987), Prof. Daniel Ramada, leigo uruguaio (1988-1989), Pe. Vitor Galdino Feller (1989-1994), Pe. Manoel João Francisco (1995-1998), Pe. Vilmar Adelino Vicente (1998-2002), Pe. Agenor Brighenti (2003-...). Já com o Pe. Vitor Feller e, agora, com o Pe. Agenor, o ITESC passou a ter um de seus ex-alunos na direção, já tendo outro como bispo diocesano de Caçador, Dom Luiz Carlos Eccel.

O ITESC, uma casa a serviço da Igreja

Rezam os estatutos que o ITESC está a serviço da Igreja em Santa Catarina. Por isso, esteve aberto a religiosas, religiosos e leigos que desejassem participar de seus cursos. Especialmente religiosas tiveram essa oportunidade, enriquecendo teologicamente suas Congregações.

Desde o início, os seminaristas capuchinhos da Província São Lourenço de Bríndisi participaram dos estudos, residindo na casa paroquial da Trindade, uma presença sempre positiva e enriquecedora.

Da mesma forma, algumas dioceses paranaenses, sem Curso próprio e não desejando que seus seminaristas residissem em Curitiba, escolheram o ITESC para a formação de seu clero. O mesmo aconteceu com o Pontifício Instituto das Missões, o PIME. Até 1995, pelo ITESC passaram estudantes das dioceses de Palmas, Apucarana, Paranavaí e Toledo.

É difícil para os leigos disponibilizarem para estudos uma manhã durante quatro anos. O ITESC veio ao encontro da necessidade de formar lideranças leigas oferecendo, até 2001, cursos de Teologia, Teologia bíblica e Teologia moral, uma noite por semana, por mais de 20 anos. Serviu-se, para isso, de espaço gentilmente cedido pelas Irmãs da Divina Providência no provincialado em Florianópolis. Esses cursos foram momentaneamente interrompidos para avaliação.

Titulação acadêmica – o bacharelado

Uma pergunta povoava a mente de bispos e professores: como dar um título universalmente válido para os alunos que concluíssem os estudos



eclesiásticos? Alguns deles gostariam de freqüentar outras universidades e necessitariam de um diploma.

A longa empatia entre os jesuítas e a Igreja catarinense facilitou o caminho. Dom Afonso, como presidente da Fundação, e Pe. Paulo Bratti iniciaram conversa com a Faculdade de Teologia de São Leopoldo, pouco depois transferida para Belo Horizonte. Como três padres jesuítas (Pe. Waldomiro Piazza, Pe. Afonso Birck e Pe. Luiz Stadelmann) lecionassem no ITESC, o processo foi positivo, pois esses professores pessoalmente atestavam a seriedade da instituição. O ITESC encontrou na pessoa do Pe. Luiz Stadelmann, professor em São Leopoldo, RS, Belo Horizonte e, hoje, em Florianópolis, um grande amigo.

Assim, a partir de 1978, os alunos que concluíssem os estudos poderiam receber o título de Bacharel, conferido pela Faculdade Cristo Rei, dos jesuítas. Entre as exigências, estabeleceu-se que o exame De Universa Theologia seria prestado diante de banca examinadora presidida por um professor da Faculdade.

Até esta data, muitos alunos receberam o título de bacharel, tendo havido pouquíssimas reprovações, o que situa o ITESC entre os bons Institutos do Brasil. Alguns desses ex-alunos prosseguiram os estudos em sede europeia, conseguindo mestrado e inclusive doutorado, sendo hoje seus professores (Pes. Vitor Galdino Feller, Siro Manoel de Oliveira, Márcio Bolda da Silva, Agenor Brighenti, Elias Wolff, Domingos Nandi, Fábio R. Bento, Tarcísio Pedro Vieira).

“Encontros Teológicos” – a revista do Instituto

Em 1986, por iniciativa do então Diretor, Pe. Dr. Hércion Ribeiro, começou a concretizar-se um sonho já do primeiro Diretor, Pe. Paulo Bratti: o ITESC lançava a sua revista teológica. Modesta, no início – o primeiro número tinha apenas 20 páginas – ela surgiu, como diz o Editorial, “para ampliar o serviço prestado pelo Instituto, ultrapassando a atividade entre as paredes das salas de aula na relação aluno-professor”. A proposta de ENCONTROS TEOLÓGICOS era, ainda segundo o Editorial do primeiro número, “uma tentativa de diálogo mais abrangente”, “um ensaio de nossas possibilidades de maior inserção ministerial na Igreja do Regional Sul IV, dentro do serviço que nos é próprio”. O número de páginas foi aumentando: das 20 páginas do primeiro número, em formato de 28 x 20cm, chegou-se a 100 páginas no número 26, à razão de dois números por ano. A partir do número 27, mudou o formato: 23 x 16cm,

o número de páginas variando entre 150 e 200. A maioria dos artigos é da lavra dos próprios professores, mas a revista tem publicado outras colaborações, preferencialmente de autores catarinenses. Uma característica apreciada de ENCONTROS TEOLÓGICOS tem sido a focalização do tema da Campanha da Fraternidade num dos seus números anuais, desde 1988.

Autonomia entre Seminário e Academia

No início de sua existência, o Instituto Teológico e o Seminário Maior eram praticamente a mesma instituição. Os formadores eram também professores. Conviviam na mesma casa os professores e os seminaristas. Aquilo que por um tempo era a solução possível, manifestou-se negativa. Confundia-se vida acadêmica com vida formativa humano-espiritual. O estudante, na sala de aula, via o formador com o qual poderia estar em conflito; e em casa, projetava no formador a imagem do professor.

Além disso, os estudantes desejavam viver mais claramente o espírito presbiteral e pastoral de suas dioceses. A teologia era a mesma para todos: como oferecer-lhes, no processo pedagógico, a luz diocesana?

Quando, em 1979, inaugurou-se o grande edifício do ITESC – atual sede – fez-se uma divisão interna por dioceses, por alas. Cada uma tinha seu formador. O que parecia ser bom, manifestou-se precário: uma parede não cria mentalidade. E assim os problemas comunitários continuaram se acentuando, com reflexos negativos nas salas de aula. Os heróicos reitores do período (citamos Mons. Valentim Loch e Pe. Nilo Buss) fizeram o possível, mas com enorme desgaste emocional de ambos os lados.

Quando da Visita Apostólica de Dom Ivo Lorscheiter, nomeado pela Santa Sé visitador apostólico para o Estado, incluindo o ITESC seminário e academia – estamos em 1988 – seu relatório captou um momento negativo na Instituição, motivo pelo qual foi surpreendentemente negativo, alvoroçando algumas autoridades eclesiais. Prova disso reside no fato de que o novo arcebispo de Florianópolis a partir de 1991, Dom Eusébio Oscar Scheid, SCJ, tenha recebido a missão explícita de enquadrar o ITESC na disciplina e na ortodoxia. O relatório encaminhado por Dom Ivo ao Vaticano tinha captado um momento da instituição, e não o conjunto de sua vida. Foi mérito da humildade de Dom Eusébio, apenas chegado, perceber o bom espírito da instituição e, acima de tudo,



sua inquestionável ortodoxia. Isso se torna muito evidente com a escolha de professores para o episcopado, número único na Igreja brasileira pelo curto espaço de tempo: Dom Orlando Brandes, Dom Vitus Schlickmann, Dom Juventino Kesting e Dom Manoel João Francisco. Um belo prejuízo no corpo docente! Dois de seus ex-alunos foram escolhidos para o episcopado: Dom Luiz Carlos Eccel, bispo diocesano de Caçador e Dom Pedro Zilli, PIME, bispo diocesano de Bafatá, na Guiné Bissau. Dom Pedro é o primeiro bispo brasileiro a ocupar uma sede em outro país nos 500 anos da Igreja no Brasil.

No espírito da Conferência de Puebla (1979), crescia o desejo de não só trabalhar com o povo pobre, mas também viver com ele. Passou-se a falar de comunidades inseridas. Convencidos da necessidade de ecoar esse desejo, as dioceses de Joinville, Tubarão, Rio do Sul, Lages e Chapecó construíram ou alugaram casas na periferia de Florianópolis, algumas dispondo de padre de seu clero diocesano para a formação. Dom Henrique Müller, OFM, primeiro bispo de Joaçaba, diocese criada em 1975, discordando da linha teológica do ITESC, matriculou seus seminaristas na diocese paranaense de União da Vitória (até o ano 2000). O arcebispo Dom Afonso Nihues sofria muito diante desse anseio, preferindo que seus seminaristas continuassem residindo num seminário de estilo tradicional. Mas, obediente aos sinais da história, em 1988 permitiu que alguns deles residissem na periferia da capital, no Morro da Mariquinha. Para ele, foi um “espinho na coroa de ouro” de seu áureo jubileu sacerdotal. Lamentavelmente, em 1986 a diocese de Chapecó retirou seus estudantes do ITESC, criando um curso de Teologia próprio e depois matriculando-os no ITEPA, em Passo Fundo, RS. Perdia-se o rico intercâmbio e fermentação com a experiência pastoral do Oeste catarinense.

Verdade é que a criação de comunidades diocesanas foi extremamente positiva para o ITESC, que passava a ser exclusivamente uma academia. Os problemas pessoais e formativos eram resolvidos no ambiente do seminário, e os professores podiam agir como professores. Permaneceu a unidade, sem prejuízo da autonomia, entre o Seminário e a Faculdade, com frutos positivos. Em sua casa o seminarista encontrava o espírito de sua diocese, enriquecido com as visitas, pelo menos anuais, dos bispos.

Sendo já opção madura e testada, as dioceses catarinenses deixam as soluções precárias e cada uma constrói um seminário funcional e próprio para seus seminaristas. Neste ano do 30º aniversário do ITESC, oito das dez dioceses catarinenses dispõem de Seminário e formador na capital catarinense.



Há autonomia entre seminário diocesano e instituição acadêmica, mas com encontros periódicos de avaliação entre diretor, reitores, formadores e professores.

Conclusão

O Instituto Teológico de Santa Catarina é uma realidade. Seus 383 ex-alunos ordenados presbíteros (estatística até 30-06-03) testemunham o esforço da Igreja em Santa Catarina de formar um clero dedicado, preparado e fiel a seu povo. São hoje ex-alunos seus que presidem e coordenam a vida pastoral em grande número das comunidades de nossas 10 dioceses.

A história vai demonstrando que a maioria desses padres sabe ouvir os sinais dos tempos, e tem maleabilidade para se adaptar às novas situações.

Sobretudo, e esse é um título de honra para a instituição, são poucos os ex-alunos que enveredaram tanto para um progressismo irresponsável quanto para um conservadorismo estéril. Nenhum deles pode se autojustificar a partir da formação recebida.

Seu espírito é o do Concílio Vaticano II: pastores a serviço do Povo de Deus e Corpo Místico de Cristo, unindo vida e mistério, história e transcendência, permanência e provisoriedade.